

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO – FORMAÇÃO DE INSTRUTORES

Competência técnica: Sustentabilidade
Conhecimentos relacionados: Acessibilidade

Objetivo Geral

Proporcionar aos instrutores da ESAJ noções de como recepcionar um aluno com deficiência, tanto no ambiente presencial quanto no ambiente virtual, apresentando algumas orientações e legislações que regem a matéria.

Objetivos Específicos

- Apresentar o termo adequado;
- Apresentar o conceito bipartido da deficiência;
- Analisar as diversas barreiras existentes;
- Orientar a abordagem de uma pessoa com deficiência no ambiente presencial e virtual;
- Identificar atitudes capacitistas no ambiente institucional;
- Contextualizar as principais leis referentes às pessoas com deficiência.

Metodologia e Recursos

Aulas expositivas; recursos audiovisuais; aplicativo Microsoft Teams; plataforma Moodle.

Conteúdo Programático

- Números da deficiência;
- Termo adequado;
- Conceito Bipartido da deficiência;
- Tipos de deficiência;
- As diversas barreiras que impedem a inclusão;
- Acessibilidade como eixo fundamental para a inclusão;
- O papel dos instrutores na inclusão;
- Das várias maneiras de abordagem às pessoas com deficiência;
- Conceito e criminalização do capacitismo;
- Lei 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão);
- Lei Federal 7853/89;
- Lei Federal 10.048/00 (prioridade);
- Lei Federal 10.098/00 (acessibilidade);
- Decreto Federal 5.296/04

Avaliação

Verificação de aprendizagem com seleção randômica de questões na plataforma MOODLE no final do curso.

Bibliografia

BRASIL. Lei 13.146/15, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Lei Federal 7.853/89, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Lei Federal 10.048/00, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Lei Federal 10.098/00, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Decreto Federal 5.296/04, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 5 ago. 2021

Carga horária

4 horas

Atualização: 09/08/2021	Revisão: 00
-------------------------	-------------